

PARECER DEJUR Nº.: 202/2025

PROCESSO DE COMPRA CFO Nº.: 0873/2025

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de serviço especializado em Tecnologia da Informação para realização de eleições via internet, compreendendo software web específico e toda infraestrutura e suporte necessários à realização do pleito eletrônico para as eleições do ano de 2025 dos Conselhos Regionais de Odontologia do Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais e São Paulo.

Ementa: Parecer. Direito Administrativo. Licitação. Contratação Emergencial (art. 75, inciso VIII e §6º, da Lei nº 14.133/2021). Serviço especializado em Tecnologia da Informação para realização de eleições via internet, compreendendo software web específico e toda infraestrutura e suporte necessários à realização do pleito eletrônico para as eleições do ano de 2025 dos Conselhos Regionais de Odontologia do Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais e São Paulo. Enquadramento e requisitos legais preenchidos. Possibilidade. Única empresa que apresentou proposta não logrou êxito em comprovar capacidade técnica e qualificação econômico-financeira. Inviabilidade da contratação. Recomendação pela convocação pública de fornecedores.

1. DO RELATÓRIO

Vem ao exame desta Assessoria Jurídica, nos termos do artigo 75, inciso VIII, da Lei n. 14.133/2021, a análise da contratação emergencial instaurada no âmbito do Processo de Compra n. 0873/2025, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada em Tecnologia da Informação para realização de eleições via internet, compreendendo software web específico e toda infraestrutura e suporte necessários à realização do pleito eletrônico

para as eleições do ano de 2025 dos Conselhos Regionais de Odontologia do Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais e São Paulo.

O processo foi instruído com a justificativa da contratação emergencial, termo de referência, pesquisa de preços, proposta comercial da empresa GRTS DIGITAL SISTEMAS E CONSULTORIA S.A., estimativa de custos e manifestações dos setores contábil e financeiro quanto à disponibilidade orçamentária.

Segundo informado pela unidade técnica, a contratação tem por fundamento o artigo 75, inciso VIII e § 6º da Lei 14.133/2021, para fins de continuidade do serviço público prestado pelos conselhos de fiscalização, por um plenário eleito de forma democrática pelos seus pares.

A presente manifestação visa, assim, verificar a regularidade da contratação emergencial proposta, especialmente quanto à caracterização da situação excepcional ensejadora da dispensa licitatória, à adequação dos procedimentos adotados e à conformidade das condições estabelecidas com os princípios da legalidade, economicidade e eficiência que regem a Administração Pública.

É o breve relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Das circunstâncias que ensejaram a necessidade de contratação de nova empresa

O Conselho Federal de Odontologia havia designado as eleições para renovação dos membros efetivos e suplentes dos Conselhos Regionais de Odontologia para o dia 03 de outubro de 2025, através da Decisão CFO-SEC-20 de 03 de abril de 2025.

Considerando a vigência do Contrato CFO nº 006/2021 firmado com a empresa R&F SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, CNPJ: 33.359.257/0001-93, a eleição iria ocorrer com o sistema “Eleja Online”, como fora nos anos de 2021 e 2023.

No entanto, em razão de decisão judicial proferida na ação popular nº 1112806-04.2025.4.01.3400, a eleição na modalidade online foi suspensa poucas horas antes do seu início. Assim, apenas os regionais que haviam optado pela eleição na modalidade presencial realizaram o pleito no dia 03 de outubro de 2025, restando vinte regionais que haviam optado pela modalidade online sem realizar a votação.

Assim, o CFO editou a Decisão CFO-SEC-47 de 27 de outubro de 2025, fixando a data das eleições para esses regionais no dia 28 de novembro de 2025 (1º turno) e 18 de dezembro de 2025 (2º turno), na modalidade presencial.

Em 14 de novembro de 2025 o Desembargador Federal Pedro Braga Filho, da 13ª Turma do TRF da 1ª Região, nos autos do recurso de Agravo de Instrumento nº 1036770-33.2025.4.01.0000, decidiu manter a decisão de suspensão das eleições do dia 03/10/2025. Porém, deixou claro que a suspensão se operou somente em relação ao sistema da Eleja Online:

(...) Portanto, mantenho a decisão do Relator anterior que deferiu, em parte, o pedido de antecipação da tutela recursal, assegurando seus efeitos até que ocorra o julgamento do mérito deste agravo, para suspender a realização das eleições que seriam realizadas de forma virtual, com a utilização do sistema eleitoral da Empresa Eleja Online para os Conselhos Regionais de Odontologia, marcadas para o dia 03 de outubro de 2025.

Importante, ressaltar que a decisão proferida neste agravo de instrumento, em 2 de outubro de 2025 (ID 444923507), que mantenho nesta data, suspendeu apenas as eleições virtuais de 3 de outubro de 2025, pois nela seria utilizado o sistema eleitoral elaborado pela empresa Eleja Online.

A partir disso, o CFO editou a CFO-SEC 53 de 21 de novembro de 2025 autorizando aos Regionais escolherem a modalidade da eleição e fixando novas datas,

cabendo ao CFO a contratação de uma nova empresa para operacionalização da eleição na modalidade online, nos termos do Regimento Eleitoral (Resolução CFO 267/2024) e da decisão acima citada.

Diante desse contexto, resta justificada a necessidade de contratação de uma nova empresa para realização do processo eleitoral para os Conselhos Regionais do Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, que optaram pela modalidade virtual.

2.2. Da escolha da modalidade de contratação

À luz da Lei nº 14.133/2021, incumbe a esta Procuradoria Jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência e oportunidade dos atos praticados, tampouco analisar aspectos de natureza eminentemente técnico administrativa.

Ainda, é importante delimitar a principal legislação de regência que orientará a elaboração desta manifestação jurídica: art. 75, inciso VIII e § 6º da Lei nº 14.133/2021. Vejamos o teor do mencionado dispositivo:

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

(...)

§ 6º Para os fins do inciso VIII do caput deste artigo, considera-se emergencial a contratação por dispensa com objetivo de manter a continuidade do serviço público, e deverão ser observados os valores praticados pelo

mercado na forma do art. 23 desta Lei e adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório, sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial.

Na espécie, a emergência se justifica pela necessidade de que os conselhos regionais possam realizar as eleições para escolha dos membros efetivos e suplentes do Plenário antes do encerramento dos mandatos, que ocorrerá no dia 31 de dezembro de 2025.

Mesmo que haja a previsão da nomeação de Diretorias Provisórias para os regionais acéfalos, a fim de permitir a realização de novas eleições no prazo de 180 dias (§4º do Art. 51 do Decreto 68704/71), é evidente que o sufrágio dos eleitores é o processo democrático regular de preenchimento dos cargos dirigentes dos conselhos regionais. E sendo o sufrágio dentro do prazo regulamentar dos mandatos, estar-se-á também cumprindo com o Regimento Eleitoral (Resolução CFO 267/2024).

De outra banda, mesmo com a designação de data da eleição presencial para os vinte conselhos regionais, fato é que alguns deles, a exemplo de São Paulo e Minas Gerais, tiveram dificuldades para viabilizar essa modalidade, devido a extensão territorial e a população expressiva de eleitores.

A eleição online, por sua vez, tem se mostrado eficaz no sentido de participação dos eleitores não só para o sistema dos conselhos de odontologia, mas para outros órgãos das esferas administrativas, considerando a facilidade de votação e o alcance do sistema, que admite a votação de qualquer local do Brasil ou do mundo.

A contratação emergencial deve preencher os requisitos da dispensa de licitação, a partir da instrução do processo administrativo com todos os documentos previstos na Lei 14.133/2021:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão da escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço;
- VIII - autorização da autoridade competente.

Para o estudo de preços importante trazer à baila a pesquisa no Portal Nacional de Compras Públicas e Banco de Preços, sendo que se tem desde o Senado Federal até outros Conselhos Profissionais que realizaram eleições com o sistema virtual.

No Termo de Referência, verifica-se que a cotação se refere ao valor do voto, considerado o envio do link de votação aos eleitores aptos pela empresa a ser contratada, sendo essa a forma de contratação que traz maior economicidade ao CFO, especialmente diante da incerteza quanto à possibilidade de segundo turno em alguns casos.

2.3. Da análise jurídica dos pressupostos da contratação emergencial

Na forma do artigo 53, § 1º, da Lei n. 14.133/2021, na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá *“redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica”*.

Em se tratando de contratação emergencial, é necessário apreciar, de modo fundamentado, a ocorrência dos pressupostos legais que autorizam a adoção da medida excepcional. Isso implica verificar:

- i) a efetiva caracterização da situação emergencial ou calamitosa, mediante demonstração objetiva dos fatos que evidenciem a urgência;
- ii) a relação de causalidade entre a situação constatada e o risco de prejuízo à continuidade dos serviços públicos ou à segurança de pessoas e bens;
- iii) a compatibilidade do objeto contratado com as necessidades imediatas decorrentes da emergência, vedada a inclusão de itens que não guardem vínculo direto com a solução do problema;
- iv) a limitação temporal da contratação, restrita ao período máximo de 1 (um) ano, contado da ocorrência da emergência, sem possibilidade de prorrogação;
- v) a observância da vedação de recontração da mesma empresa para o mesmo evento emergencial, conforme fixado pelo Supremo Tribunal Federal na ADI n. 6.890/DF;
- vi) a demonstração da inviabilidade de realizar, no prazo exíguo, procedimento licitatório competitivo apto a atender à demanda;
- vii) a análise da economicidade da contratação, com a devida demonstração de que os preços praticados são compatíveis com os valores de mercado e que a solução escolhida representa a alternativa mais vantajosa dentro do cenário emergencial;
- viii) a adoção de medidas subsequentes voltadas à realização do certame licitatório regular, a fim de evitar a perpetuação de contratações diretas fundadas em emergências;
- ix) a apuração da responsabilidade dos agentes que deram causa à situação emergencial (art. 75, § 6º, da Lei n. 14.133/2021).

Desse modo, em atendimento ao disposto no artigo 53, § 1º, da Lei n. 14.133/2021, passa-se à apreciação individualizada dos requisitos que autorizam a adoção da contratação emergencial:

2.3.1. Caracterização da situação emergencial ou calamitosa

Tal requisito já foi devidamente analisado em tópico anterior, no qual se demonstrou a ocorrência de situação excepcional decorrente da paralisação contratual

motivada decisão judicial, circunstância que inviabilizou a continuidade da execução e gerou urgência na adoção de providências imediatas.

2.3.2. Relação de causalidade

Está presente a relação de causalidade entre o evento imprevisível — decisão judicial que suspendeu a realização das eleições pela empresa contratada — e o risco concreto de comprometimento da continuidade dos serviços relacionados ao processo eleitoral dos Conselhos Regionais de Odontologia. A ausência de solução imediata poderia ocasionar prejuízos irreversíveis, afetando diretamente a regularidade do pleito.

2.3.3. Compatibilidade do objeto contratado

O objeto da contratação emergencial limita-se a atender às necessidades imediatas da situação enfrentada, quais sejam, realização das eleições referente apenas ano de 2025 para aqueles regionais que reiteraram a opção pela modalidade online. Não há, portanto, extrapolação para itens acessórios ou estranhos ao problema emergencial.

2.3.4. Limitação temporal

A contratação está circunscrita ao prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data da ocorrência da emergência, sem previsão de prorrogação, como se extrai do item 15.2 do termo de referência, em observância ao comando legal.

Embora o contrato possua escopo específico e não envolva prestação de serviço continuado, referido prazo se mostra prudente, tendo em vista o contexto litigioso em torno do processo eleitoral, de modo que não se pode descartar eventual alteração da data designada para ocorrer o pleito.

2.3.5. Vedação à reconstrução da mesma empresa

Cumprido ressaltar que é vedada a reconstrução da mesma empresa em futura contratação emergencial fundada na mesma situação excepcional, nos termos do artigo 75, inciso VIII, da Lei n. 14.133/2021, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal na ADI n. 6.890/DF. Ressalva-se, entretanto, a possibilidade de a empresa participar de eventual procedimento licitatório subsequente, em igualdade de condições com os demais concorrentes.

2.3.6. Inviabilidade de licitação competitiva no prazo exíguo

Ficou demonstrado que o prazo exíguo e a urgência da situação não permitiam a realização de licitação regular sem comprometer a continuidade dos serviços e a própria segurança jurídica do processo eleitoral. Assim, restou evidenciada a necessidade da contratação emergencial como medida imediata e proporcional.

2.3.7. Análise da economicidade

A Administração promoveu a devida verificação da compatibilidade dos preços praticados com os valores de mercado, de modo a assegurar que a solução emergencial escolhida não apenas atenda à urgência, mas também observe a economicidade, princípio basilar da gestão pública responsável.

Ainda que se trate de situação excepcional, foram adotados parâmetros técnicos e comparativos para demonstrar que os custos são razoáveis e proporcionais ao benefício alcançado.

Consta dos autos que foram consultados quatro fornecedores, sendo que um não respondeu e dois deles informaram não possuir disponibilidade para atender ao objeto no prazo exíguo requerido, mas ainda assim apresentaram proposta financeira.

Além disso, há registro de consultas realizadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em contratações similares realizadas por outros conselhos profissionais, quais sejam: Conselho Federal de Farmácia; Conselho Federal de Fonoaudiologia; e Conselho Regional de Educação Física 21ª Região.

Essas diligências demonstram que, não obstante a urgência do caso concreto, foram efetivamente adotadas providências voltadas a comprovar a compatibilidade dos preços e a economicidade da contratação, em consonância com o dever de gestão eficiente dos recursos públicos.

2.3.8. Adoção de medidas subsequentes

Considerando que o contrato firmado com a empresa R&F SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA., proprietária do sistema “Eleja Online”, está próximo de alcançar seu termo final e não há possibilidade de prorrogação por ter atingido o limite máximo previsto na Lei nº 8.666/93, impõe-se que a abertura de um novo processo licitatório para contratação regular.

2.3.9. Apuração da responsabilidade dos agentes que deram causa à situação emergencial (art. 75, § 6º, da Lei n. 14.133/2021)

Por fim, no que se refere à apuração da responsabilidade dos agentes que eventualmente tenham dado causa à situação emergencial, recomenda-se a instauração de procedimento específico para apuração dos fatos noticiados na Ação Popular nº 1112806-04.2025.4.01.3400.

Por todo o exposto, restrito aos aspectos jurídico-formais, o presente parecer é no sentido de opinar pela possibilidade de contratação emergencial, nos termos do artigo art. 75, inciso VIII e § 6º da Lei nº 14.133/2021, de empresa de Tecnologia da Informação para realização de eleições via internet, compreendendo software web e toda infraestrutura e suporte necessários à realização do pleito eletrônico para os conselhos regionais que ainda não realizaram as eleições previstas para o ano de 2025 e que optaram pela modalidade online.

2.4. Da proposta apresentada e dos requisitos de habilitação

De acordo com a pesquisa de mercado realizada, o preço médio aferido da contratação resultou no valor unitário de R\$ 3,85 (três reais e oitenta e cinco centavos), ao passo que a proposta financeira da GRTS DIGITAL SISTEMAS E CONSULTORIA S.A., única empresa que manifestou capacidade de executar o serviço em prazo tão exíguo, foi no valor unitário de R\$ 3,49 (três reais e quarenta e nove centavos).

Muito embora tenha se demonstrado economicamente vantajosa a proposta apresentada, verificou-se que a referida empresa, além de exigir o pagamento antecipado de metade do valor proposto, não logrou êxito em comprovar as qualificações econômico-financeira e capacidade técnica exigidas nos itens 5.4.3, 5.4.4, 5.4.7 e 5.5.3.¹ do Termo de Referência.

2.4.1. Da qualificação econômico-financeira

Inicialmente, vejamos o que exigem os itens 5.4.3, 5.4.4 e 5.4.7 do Termo de Referência:

¹ No Termo de Referência, a numeração dos subitens do item 5.5 apresenta erro material, de modo que onde se lê 5.1.3, na verdade deveria ser 5.5.3, o que não gera prejuízo, mas merece o registro.

5.4.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

5.4.4 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 1% (um por cento) do valor total estimado da contratação.

[...]

5.4.7 O atendimento dos índices econômicos previstos neste TR deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Compulsando a documentação apresentada, entretanto, não consta nenhum documento contábil referente ao exercício de 2023. Quanto ao exercício de 2024, foi apresentado tão somente o balanço patrimonial, em formato que não comprova sua transmissão à Receita Federal, desacompanhado do DRE (demonstração de resultado de exercício) e demais demonstrações contábeis. Ou seja, totalmente em desacordo com o exigido no item 5.4.3.

Como se não bastasse isso, chama atenção – especialmente a naturalidade como admitem isso – o fato de que os próprios prepostos da empresa, ao serem instados a

fornecer a documentação necessária, advertem que as informações constantes no balanço não representam a realidade. Ao que tudo indica, aliás, ainda nem mesmo se sabe qual seria essa realidade:

Oi Livia,

Seguem documentos solicitados. Envio abaixo algumas considerações:

Em anexo está o Balancete atualizado até 10/2025 e a ata registrada de transformação da empresa em S.A.

Você verá que o balancete não reflete adequadamente a transformação societária da empresa e o consequente aumento do capital social para R\$ 4.403.831,36, valor mais do que suficiente para absorver os resultados negativos de 2025 e manter nosso Patrimônio Líquido positivo. Ressalto 2 pontos:

Os resultados de 2025 foram pactuados com os sócios e estavam planejados no nosso orçamento de crescimento em 2025, sendo suportado pelo aporte financeiro realizado em junho/2025 com a entrada dos fundos de investimento como novos sócios exatamente para dar suporte financeiro à nossa agenda de crescimento exponencial.

Por inúmeros motivos, mudamos de contabilidade e uma nova assumiu a partir de 11/2025, e em breve os números corretos estarão refletidos no nosso balancete e balanço patrimonial de 2025. Até outubro os números foram de responsabilidade da antiga empresa, e a partir de novembro esperamos corrigir os erros identificados.

Solicito que envie todos os documentos em anexo para o cliente, para formalizar corretamente os números da GRTS Digital e corrigir eventuais distorções.

Você pode acessar minha agenda e bloquear a melhor data para conversarmos: <https://calendar.app.google/9PFvruftLEdgt6wM9>

Atenciosamente,

Além disso, cumpre registrar que a documentação veio desacompanhada do cálculo dos índices econômicos assinado por profissional habilitado da área contábil, exigência prevista no item 5.4.7.

Ainda assim, com o intuito de aferir a capacidade financeira da empresa, foi solicitado apoio técnico ao Setor Contábil do CFO para elaboração do cálculo dos índices financeiros referentes ao exercício de 2024, com base no balanço apresentado.

Em atenção ao pedido, vejamos como se manifestou a área técnica:



Assunto: **Re: Fwd: Consulta Contabil referente Balanço Patrimonial**
De: Luciano de Mendonça Costa <mendonca@cfo.org.br>
Para: <pedro.guarnieri@cfo.org.br>
Data: 10/12/2025 09:42



Estimado Dr. Pedro,

Agradeço sua valiosa contribuição e confirmo as suas considerações que guardam total procedência.

Além dos prejuízos acumulados, a empresa apresenta índice de endividamento, como demonstrado anteriormente, de 1,61, bem como não contempla a cobertura do valor estimado do Contrato pelo Patrimônio Líquido que apregoa o TR no item 5.4.4, que conforme vossa valiosa contribuição, é negativo, caracterizando passivo descoberto (denominação fora do uso comum mas própria para o caso concreto).

Tal situação revela que a empresa está com o seu Patrimônio Líquido negativo, ou seja, as suas obrigações (passivos) excedem o valor total de seus bens e direitos (ativos).

Nesse sentido, peço a licença para revisar o que informei anteriormente ao setor de compras e contratos, mantendo os índices informados, mas reformando a segunda parte da manifestação, no que tange ao item 5.4.4 do TR e do texto legal que versa sobre a cobertura do PL sobre o Contrato. Ficando a informação conforme segue:

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA
GRTS DIGITAL SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA - CNPJ: 33.792.914/0001-91

CLASSE	VALOR
ATIVO CIRCULANTE	R\$583.476,67
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	R\$589.951,60
PASSIVO CIRCULANTE	R\$980.013,08
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$967.000,00
ATIVO TOTAL	R\$1.207.593,24

LG = 0,60

SG = 0,62

LC = 0,60

IE = 1,61

ITEM 5.4.4 TERMO DE REFERÊNCIA

Valor estimado Contratação R\$706.173,58

Patrimônio Líquido -R\$739.419,84

-1,047079445

Valor PL mínimo de 1% do vr total estimado do Contrato

-R\$7.394,20

Parágrafo 4º do artigo 69 da Lei 14.133

-R\$73.941,98

Patrimônio Líquido NEGATIVO e incapaz de garantir a execução da Contratação estimada.

Conclusão pela INABILITAÇÃO da empresa pelas razões expostas.

At. te.,

Luciano Mendonça

Como se pode observar, os índices financeiros, sem exceção, apresentaram resultado muito aquém do mínimo exigido no item 5.4.3 do Termo de Referência. Do mesmo modo, ainda que se admitisse a aplicação do item 5.4.4 para a hipótese em que nenhum dos índices tenha atingido o patamar mínimo, o patrimônio líquido da empresa apresenta resultado NEGATIVO em montante que inclusive supera o valor total da própria contratação.

Talvez isso explique o motivo da exigência – incomum – do pagamento antecipado de 50% do valor do contrato no ato de assinatura, o que representaria flagrante risco ao CFO.

Ainda que se verifique a presença do balancete do mês outubro de 2025, tal elemento – além de não conter assinatura de profissional da área contábil – é insuficiente e não supre os requisitos exigidos pela Lei nº 14.133/2024, replicados nos itens 5.4.3, 5.4.4 e 5.4.7 do Termo de Referência.

Por todo o exposto, opina-se pela inviabilidade da contratação, eis que não comprovados requisitos mínimos de qualificação econômico-financeira exigidos no Termo de Referência.

2.4.2. Da qualificação técnica

Como requisito para a contratação, o Termo de Referência exige em seu item 5.5.3 a comprovação de capacidade técnica, mediante apresentação de atestado que demonstre a execução prévia de serviços de natureza similar ao objeto desta licitação, por meio da internet, com efetivação mínima de 71.817 votantes, considerando que será uma eleição unificada apenas para os Conselhos Regionais de São Paulo, Goiás, Distrito Federal e Minas Gerais, número que representa metade dos aptos ao voto, nos termos do quórum eleitoral para o primeiro turno.

Conforme explicitado no item 5.5.5 do Termo de Referência, a demonstração de realização de eleição/voto com participação de no mínimo 50% do quantitativo de eleitores estimados é justificada pela necessidade de comprovação de capacidade técnica em termos compatíveis com o certame (TCU - REPRESENTAÇÃO (REPR): RP 14182023, TCE-MG - DENÚNCIA 1171138, TCE-MG - DENÚNCIA 1161109), mostrando-se justificada ao caso em apreço.

Ocorre que os atestados apresentados foram insuficientes para atender os requisitos mínimos do Termo de Referência. Isso porque, dois deles vieram absolutamente genéricos e sem qualquer indicação expressa do quantitativo executado:



APRES

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE RELAÇÕES E ESTUDOS SINDICAIS

Atestamos para os devidos fins, que a empresa GRTS DIGITAL SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 33.792.914/0001-91, estabelecida na Rua Líbero Badaró, nº 425, conjunto 186, Centro, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.009-000, prestou serviços a APRES – Associação Paulista de Relações e Estudos Sindicais, para realização de assembleias virtuais de eleição de diretoria em 2021 e em 2023, demonstrou qualificação técnica, bom desempenho operacional, tendo a GRTS cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que desabone a técnica, até a presente data.

O Presente atestado é válido e só poderá ser utilizado para o disposto no parágrafo acima.

São Paulo/SP, 10 de outubro de 202

**MARIA LUCIA
CIAMPA BENHAME**
PUGLISI:08704225
880

Assinado de forma digital por MARIA LUCIA CIAMPA BENHAME
PUGLISI:08704225880
Dados: 2023.10.10 17:26:49 -03'00'

CCR
Av. Chedid Jaffet, 222 - Vila Olímpia, São Paulo - SP, 04551-062
tel: 55 (11) 4589 4133



Atestado de Capacidade Técnica

Para: Associação Nacional dos Servidores da FUNAI – ANSEF, inscrita no CNPJ sob nº 00.719.682/0001-97, estabelecida na SRTVSul, quadra 701, bloco O, edifício Multiempresarial, sala 167, asa sul, Brasília/DF, atestamos para os devidos fins, que a empresa GRTS DIGITAL SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 33.792.914/0001-91, estabelecida na Rua Líbero Badaró, nº 425, conjunto 186, Centro, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.009-000, prestou serviços a CCR S/A, CNPJ nº 02.846.056/0001-97, estabelecida na Av. Chedid Jaffet, n.º 222 – Bloco B – 5º andar – Vila Olímpia – São Paulo/SP, CEP: 04.551-065, para realização de assembleias virtuais, demonstrou qualificação técnica, bom desempenho operacional, tendo a GRTS cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que desabone a técnica, até a presente data.

O Presente atestado é válido e só poderá ser utilizado para o disposto no parágrafo acima.

São Paulo/SP, 10 de setembro de 2021

Atenciosamente;

**EMERSON
RAFAEL DOS
SANTOS:2897866
2846**

Assinado de forma digital por EMERSON RAFAEL DOS SANTOS:28978662846
Dados: 2021.09.21 14:02:07 -03'00'

Emerson Rafael dos Santos
Coordenador de Gente e Gestão
CPF: 289.786.628-46

**JULIANA SOARES
DE JESUS
MARQUES**

Assinado de forma digital por JULIANA SOARES DE JESUS MARQUES
Dados: 2021.09.21 15:00:17 -03'00'

Juliana Soares de Jesus Marques
Gerente de Gente e Gestão
CPF: 064.681.396-00

Já o terceiro atestado comprova a efetivação de apenas 43.000 (quarenta e três mil) votantes, quantitativo insuficiente para atender os requisitos mínimo exigidos no Termo de Referência:



Atestado de Capacidade Técnica

Para quem interessar possa, atestamos para os devidos fins, que a empresa GRTS DIGITAL SISTEMAS E CONSULTORIA S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 33.792.914/0001-91, estabelecida na Rua Líbero Badaró, nº 425, conjunto 186, Centro, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.009-000, prestou serviços a TELEFÔNICA BRASIL S.A., CNPJ nº 02.558.157/0001-62, estabelecida na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376 1376 - Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP: 04571-936, para realização de 79 (setenta e nove) assembleias virtuais que atenderam um público total de habilitado ao voto de aproximadamente 43.000 (quarenta e três mil) votantes, e demonstrou qualificação técnica, bom desempenho operacional, tendo a GRTS DIGITAL cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que desabone a técnica, até a presente data.

São Paulo, 09 de dezembro de 2025



ELAINE SIMIONATO
GERENTE SEGURANÇA DO TRABALHO

Desse modo, ausente comprovação da capacidade técnica mínima exigida no TR, opina-se pela inviabilidade da contratação.

3. DA CONCLUSÃO

Posto isso, à luz da análise empreendida, opina-se pela regularidade, em caráter excepcional, da contratação emergencial proposta, porém, pela inviabilidade da contratação da licitante, uma vez que não preenchidos os requisitos de habilitação, quais seja, qualificação econômico-financeira e capacidade técnica.

Uma vez frustrada essa primeira tentativa de contratação emergencial, recomenda-se a publicização do processo para disputa pública, mediante publicação de Aviso de Contratação Direta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal de Transparência do CFO, a fim de permitir a participação do maior número possível de interessados.

É o parecer.

É o parecer, **s.m.j.**

Brasília, 10 de dezembro de 2025.

PEDRO GUILHERME RAMOS GUARNIERI

Chefe do Departamento Jurídico do CFO